

**Município de Pinhel**

**PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO, NA CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (Direito).**

**ATA N.º 1**

**ATA DE DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS**

1 – Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, no Edifício dos Paços do Concelho de Pinhel, reuniu pela primeira vez o Júri, referente ao procedimento concursal para provimento de três postos de trabalho na categoria/carreira de Técnico superior na área de Direito, constituído por: Presidente do Júri: José Vital Tomé Saraiva, Chefe de Divisão de Licenciamento Urbanístico, Saúde e Bem Estar Animal, Águas e Saneamentos da Câmara Municipal de Pinhel; primeiro vogal efetivo: Ema da Silveira Gonçalves Simão, Chefe de Divisão Administrativa e Finanças da Câmara Municipal de Pinhel; , segundo vogal efetivo: Sílvia Luísa Monteiro Rodrigues, Chefe de Divisão de Educação, Juventude e Desporto da Câmara Municipal de Pinhel.

2 – A presente reunião teve por finalidade estabelecer os critérios de seleção e sistema de classificação final a utilizar nos métodos de seleção, assim definidos no art.º 5.º e 6.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021 de 11 janeiro.

Nos termos do n.º 1.º e 2.º do art.º 7.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021 de 11 janeiro, os métodos de seleção serão aplicados num único momento, sendo que apenas se avaliará o método seguinte aos candidatos com aproveitamento obtido no método anterior.

**2.1 - Prova de conhecimentos, (PC) – terá a forma escrita, com duração de sessenta minutos, destinando-se a avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função. Será valorada de zero a vinte valores e incidirá sobre a seguinte legislação:**

- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (Código do Procedimento Administrativo);
- Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, na sua redação atual (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas);
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (Regime Jurídico da Autarquias Locais);
- Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na atual redação (Modernização Administrativa);
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual (Código do Trabalho);
- Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na atual redação (Tramitação do Procedimento Concursal de Recrutamento);
- Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de dezembro (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública);
- Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação (Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado);
- Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação (Adapta à Administração Local o Estatuto do Pessoal Dirigente);
- Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho (Níveis da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas);
- Portaria n.º 1553 -C/2008, de 31 de dezembro (Tabela remuneratória única);
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação (Código de Contratos Públicos);
- Decreto-lei n.º 433/82 de 27 de outubro (Regime geral das contraordenações);
- Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto (Regime Jurídico da atividade empresarial local e das participações locais);
- Lei n.º 23/96 de 26 de julho (Lei dos serviços públicos).

A.

**2.2 – Entrevista profissional de seleção (EPS) – visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal e de acordo com a seguinte fórmula:**

$$EPS= A+B+C+D+E$$

Onde,

**A – Interesse e motivação pelo exercício do cargo;**

**B – Capacidade de expressão e comunicação;**

**C – Sentido de organização e capacidade de inovação;**

**D – Capacidade de relacionamento;**

**E – Conhecimento dos problemas e tarefas inerentes à função a exercer.**

**A – Interesse e motivação pelo exercício do cargo– procurar-se-á averiguar os interesses e motivações profissionais dos candidatos inerentes à função a desempenhar:**

Revelou muito elevado interesse e motivação pelo exercício do cargo: 4 valores;

Revelou elevado interesse e motivação pelo exercício do cargo: 3 valores;

Revelou um satisfatório interesse e motivação exercício do cargo: 2 valores;

Revelou escasso interesse e motivação exercício do cargo: 1 valores;

**B– Capacidade de expressão e comunicação– avaliar-se-á o discurso e a coerência do mesmo na explanação das ideias bem como a linguagem utilizada:**

Revelou uma excelente capacidade de expressão e comunicação: 4 valores;

Revelou uma muito boa capacidade de expressão e comunicação: 3 valores;

Revelou uma boa capacidade de expressão e comunicação: 2 valores;

Revelou uma satisfatória capacidade de expressão e comunicação: 1 valores

**C – Sentido de organização e capacidade de inovação – apreciar-se-á as opções tomadas e respetiva fundamentação e capacidade de argumentação perante situações hipotéticas ou reais, bem como o equacionar de factos de nível profissional ou geral:**

Demonstrou possuir um excelente sentido de organização e capacidade de inovação: 4 valores;

Demonstrou possuir elevado sentido de organização e capacidade de inovação: 3 valores;

Demonstrou possuir um satisfatório sentido de organização e capacidade de inovação: 2 valores;

Demonstrou possuir escasso sentido crítico: 1 valores;

**D- Capacidade de relacionamento – apreciar-se-á o discurso e a coerência do mesmo para detetar a capacidade de relacionamentos dentro do núcleo do trabalho.**

Provou ter uma excelente capacidade de relacionamento: 4 valores

Provou ter uma muito boa capacidade de relacionamento: 3 valores

Provou ter uma boa capacidade de relacionamento: 2 valores

Provou ter uma satisfatória capacidade de relacionamento: 1 valores

**E– Conhecimento dos problemas e tarefas inerentes à função a exercer– Considerar-se-á o respetivo comportamento e conhecimento do conteúdo funcional do posto de trabalho perante uma situação-problema em função de conhecimentos adquiridos:**

Manifestou possuir um excelente conhecimento dos problemas e tarefas inerentes às funções a exercer: 4 valores;

Manifestou possuir um muito bom conhecimento sobre os problemas e tarefas inerentes às funções a exercer: 3 valores;

Manifestou possuir um bom conhecimento sobre os problemas e tarefas inerentes às funções a exercer: 2 valores;

Manifestou possuir um satisfatório conhecimento sobre os problemas e tarefas inerentes às funções a exercer: 1 valores;

**2.3- Avaliação Psicológica (AP) :** visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos em função das exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. Será valorada de zero a vinte valores.

**3 – A classificação final dos candidatos que completem o procedimento resultará da média aritmética das classificações quantitativas dos dois métodos de seleção que será expressa na escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e de acordo com a seguinte fórmula:**

$$CF = (PC \times 0,40) + (EPS \times 0,30) + (AP \times 0,30)$$

Onde,

**CF** – Classificação final

**PC** – Prova de conhecimentos

**EPS** – Entrevista profissional de seleção

**AP** – Avaliação Psicológica

**4 – Exclusão e notificação dos candidatos.**

Nos termos do preceituado no art.º 22º da Portaria n.º 125-A/2019 de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021 de 11 janeiro, os candidatos excluídos serão notificados para a audiência dos interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

A publicitação do resultado final é efetuada através de lista ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Pinhel e disponibilizada na página eletrónica.

E não havendo mais nada a tratar, foi lavrada a presente ata que foi aprovada e assinada pelos membros do Júri.

O Presidente do Júri,

  
\_\_\_\_\_  
(José Vital Tomé Saraiva)

O 1.º Vogal efetivo,

  
\_\_\_\_\_  
(Ema da Silveira Gonçalves Simão)

O 2.º Vogal efetivo,

  
\_\_\_\_\_  
(Sílvia Lúcia Monteiro Rodrigues)